



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** -

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
(PEC 221/2019)**

REQUERIMENTO Nº _____/2026

(Da Sra. Júlia Zanatta)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a realidade dos trabalhadores autônomos, pessoas jurídicas (PJ) e microempreendedores individuais (MEI) ante a proposta de redução da jornada de trabalho.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão Especial sobre a Redução da Jornada de Trabalho (PEC 221/2019), com o objetivo de debater a situação específica dos trabalhadores autônomos, profissionais PJ e microempreendedores individuais, para os quais a necessidade de trabalhar mais horas é, frequentemente, condição para obter renda suficiente.

Requeiro que sejam convidados:

1. Representante do SEBRAE Nacional
2. Representante do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
3. Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
4. Representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC)
5. Representante Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

JUSTIFICATIVA

Câmara dos Deputados | Anexo IV - 4º andar - Gabinete 448 | 70100-970
Brasília DF Tel (61) 3215-5448 |
dep.juliazanatta@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** -

A PEC 221/2019 foca na relação de emprego formal, ignorando a realidade de milhões de trabalhadores que atuam como autônomos, MEI ou PJ e para os quais a renda é diretamente proporcional às horas trabalhadas. Para esse segmento, que representa parcela crescente da força de trabalho brasileira, a redução de jornada não representa ganho de renda, mas potencial redução de produção e de receita.

Além disso, a aprovação da PEC pode gerar efeitos colaterais significativos sobre esses trabalhadores, uma vez que empregadores pressionados pelo aumento do custo da mão de obra formal podem intensificar a migração para modelos de contratação autônoma ou PJ, ampliando a pejotização e reduzindo a proteção trabalhista.

A audiência requerida proporcionará à Comissão Especial a visão daqueles que, por não se enquadrarem na relação de emprego tradicional, são frequentemente invisíveis no debate sobre jornada de trabalho, mas que serão profundamente afetados pelas consequências indiretas da proposta.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, na data da assinatura

Deputada Federal Júlia Zanatta
(PL/SC)

